

## **ELITES POLÍTICAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA APROXIMAÇÃO NECESSÁRIA**

### **POLITICAL ELITES AND REGIONAL DEVELOPMENT: A NECESSARY APPROXIMATION**

Maria Tereza Ribas Sabará

Mestre em Desenvolvimento Regional Pela UFT, Professora da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS) e-mail: [mariaterezars@gmail.com](mailto:mariaterezars@gmail.com)

Mônica Aparecida da Rocha Silva

Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - UFT  
e-mail: [monicars@mail.uft.edu.br](mailto:monicars@mail.uft.edu.br)

Nilton Marques de Oliveira

Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – UFT  
e-mail: [niltonmarques@uft.edu.br](mailto:niltonmarques@uft.edu.br)

#### **Resumo**

Este ensaio discute a possibilidade de articular o estudo das elites políticas ao conceito de desenvolvimento regional. A partir de uma pesquisa bibliográfica, este texto refaz, primeiramente, o percurso histórico de transformação do conceito de desenvolvimento de um paradigma estritamente econômico para então, trazer as recentes contribuições de Amartya Sen e Douglas North aos dilemas do desempenho e desenvolvimento das diferentes sociedades. Ainda, discute o papel da elite política na manutenção ou não do *status quo* e o seu papel privilegiado na produção do mundo social. Por fim, conclui-se apresentando as vantagens analíticas de se associar o desenvolvimento à compreensão das elites políticas regionais.

**Palavras-Chave:** Poder, Desenvolvimento Regional, Elite Política

#### **Abstract**

This essay discusses the possibility of articulating the study of political elites to the concept of regional development. From a bibliographical research, this text first restores the historical path of transformation from the concept of development of a strictly economic paradigm to then bring the recent contributions of Amartya Sen and Douglas North to the dilemmas of the performance and development of different societies. It also discusses the role of the political elite in maintaining the status quo and its privileged role in the production of the social world. Finally, it concludes by presenting the analytical advantages of associating development with the understanding of regional political elites.

**Keywords:** Power, Regional Development, Political Elite

**Recebimento: 16/09/2020 - Aprovação: 01/05/2021**

## **INTRODUÇÃO**

A discussão sobre os aspectos sociais e culturais como fundamentos explicativos do desenvolvimento tem crescido nas últimas décadas, distanciando cada vez mais noções estritamente econômicas na compreensão destas mudanças e dos dilemas entre equidade e eficiência, sobretudo ao considerar as diferenças regionais. Ao mesmo passo, novos conceitos como cultura política<sup>1</sup>, comunidade cívica<sup>2</sup>, capital social<sup>3</sup>, entre outros, tem surgido como elementos colaborativos para a compreensão das desigualdades e demais problemas sociais que se tornam cada vez mais notáveis nas democracias modernas, chamando atenção para os aspectos políticos e sociais que influenciam nos rumos das sociedades complexas.

É neste contexto que novas abordagens e novos olhares se tornam necessários para compreender a complexidade do fenômeno do desenvolvimento e a análise dos atores que tem condições privilegiadas de produção do mundo social, a saber as elites políticas, emerge como necessária.

O objetivo deste artigo é apresentar, a partir de uma pesquisa bibliográfica, as vantagens de se aproximar o estudo das elites políticas à ideia de desenvolvimento regional, demonstrando que esta articulação conceitual pode contribuir para um melhor entendimento acerca das motivações que norteiam as tomadas de decisões políticas e econômicas que, por sua vez, norteiam o desenvolvimento em escala territorial.

Para realizar o que se propõe, primeiramente, será feita uma discussão acerca do conceito de desenvolvimento que direcionam este raciocínio, fazendo uma breve explanação histórica e apresentando as contribuições de autores como Amartya Sen e Douglass North para este debate. Posteriormente, os dados empíricos de Putnam em “Comunidade e Democracia” são mobilizados no debate acerca da relevância da transformação da classe política neste processo, defendendo a ideia de que a sua exclusão analítica pode deixar brechas interpretativas ao se refletir o processo de desenvolvimento e, neste sentido, de traçar alternativas para contornar estes obstáculos. Por fim, discute-se as contribuições para se pensar a classe política e as suas diferenças a nível regional.

---

<sup>1</sup> Ver “A cultura importa” de Harrison e Huntington (2002).

<sup>2</sup> Ver “Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna” de Putnam (2015).

<sup>3</sup> Ver “Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna” de Putnam (2015).

## **Desenvolvimento regional: um conceito em construção**

O termo *desenvolvimento* é atualmente utilizado por diversos saberes científicos, concebendo significados diferentes que são empregados tanto academicamente quanto popularmente. Transitando em paradigmas diferentes no decorrer da história, este é um conceito ainda em construção, mas que teve origem nas Ciências Econômicas, com a preocupação de diversos autores já nos séculos XVI e XVII<sup>4</sup>.

Entretanto, como observa Chang (2004), foi a partir da crise econômica de 1929 e com o início da Segunda Guerra Mundial, com intensas modificações na realidade social, que a questão do desenvolvimento entrou em pauta e despontou como área de estudo na economia. Sobretudo a partir da consolidação do conceito de “desenvolvimento tardio”<sup>5</sup>, que afirmava que os países que iniciaram sua arrancada industrial mais “tardiamente” seriam aqueles ainda em desenvolvimento<sup>6</sup>, destacou-se a relação entre centro e periferia, e a sua validade compreensiva para a explicação das disparidades territoriais a nível global.

Passando por um *boom* com a Economia do Desenvolvimento na década de 50 e 60, na qual a discussão acerca do desenvolvimento pautava-se na participação do capital estrangeiro nas economias subdesenvolvidas (MACHADO, 1999), esta abordagem cedeu espaço para as teorias neoliberais a partir da década de 80, quando os governos de Reagan nos Estados Unidos e de Thatcher no Reino Unido, teceram duras críticas ao intervencionismo<sup>7</sup>.

---

<sup>4</sup> Algumas das contribuições a essa discussão já começaram com Adam Smith defendendo o desenvolvimento como causa da livre iniciativa dos agentes e de sua produtividade; com David Ricardo, explicitando um conflito distributivo na sociedade; e com Marx, ao apresentar os conceitos de “mais-valia” e “acumulação primitiva de capital”. Sobre essas contribuições ver “Economia Política” de Netto e Braz (2012).

<sup>5</sup> De acordo com Chang (2004), o historiador russo-americano Alexander Gerschenkron foi o responsável por este conceito e figura essencial para o crescimento da discussão sobre desenvolvimento. Ainda partindo de uma conceituação estritamente econômica, implicava que a necessária intervenção estatal para o desenvolvimento daqueles países que começaram sua arrancada industrial após a consolidação dos países atualmente desenvolvidos.

<sup>6</sup> Termo utilizado por Chang, mas que na literatura que cita, expressa a dicotomia entre desenvolvido/subdesenvolvido e/ou desenvolvido/não-desenvolvido.

<sup>7</sup> A respeito destas críticas neoliberais ao intervencionismo, Chang (2004) chama atenção, referenciando Friedrich List em “The National System of Political Economy” de 1841, para o fato de que após usarem uma série de políticas protetoras da sua indústria (políticas industriais, comerciais e tecnológicas) a fim de alcançarem o desenvolvimento, os países atualmente desenvolvidos (PADs) “chutem a escada” para que outros não prosperem e não se tornem seus concorrentes.

## ELITES POLÍTICAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA APROXIMAÇÃO NECESSÁRIA

### POLITICAL ELITES AND REGIONAL DEVELOPMENT: A NECESSARY APPROXIMATION

O que se convém chamar de neoliberalismo, enquanto “reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar” (ANDERSON, 1995, p. 9), ainda partia de uma visão mais econômica do desenvolvimento, deixando o investimento social e ambiental em segundo plano. As disputas político-ideológicas<sup>8</sup> referentes ao papel do Estado, entretanto, fizeram com que as preocupações sociais e ambientais se fizessem cada vez mais presente, ao passo em que as críticas ao modelo capitalista predatório se intensificavam.

A superação deste *trade-off* existente entre o crescimento que pressupõe a poupança, a acumulação de riquezas que, por sua vez, sacrifica a igualdade, se tornou um dos grandes desafios nos estudos sobre desenvolvimento (ABRAMOVAY, 2001). Dentre estes sacrifícios e desafios, se destacam o desemprego, a degradação do meio ambiente, a pobreza, a falta de acesso à educação, segurança, dentre muitos outros. Mas foi a partir daí, principalmente pela participação de organizações internacionais, que as preocupações com as condições de vida da população, nesta busca pelo crescimento, tomaram maior proporção.

É neste cenário que um novo movimento repensando o conceito de desenvolvimento colocam a organização eficiente, as instituições e as representações mentais (valores, crenças, costumes) como elementos centrais de uma visão deste “fenômeno” como resultado histórico (ABRAMOVAY, 2001), reforçando a preeminência de ambas características endógenas e exógenas, compelindo os estudos da área a olharem para si, para suas realidades locais e regionais.

Este movimento considera que

the location patterns of people and economic activity in our world show apparently a great variation. And hence, locations theory has played a central role in explaining only the dispersion of economic activity, but also the dispersion of welfare among regions. Consequently, regional development theory is deeply rooted in location theory (NIJKAMP e ABREU, 2009, p. 3).

Seguindo esta tendência e após realizar esta apresentação histórica entorno das transformações do conceito de desenvolvimento, da sua incorporação a demais elementos

---

<sup>8</sup> Refere-se aqui à disputa dualista entre capitalismo e socialismo, liberalismo e estado de bem-estar social.

sociais, políticos, culturais e ambientais aos aspectos geográficos e econômicos anteriormente priorizados, torna-se possível apresentar as novas contribuições para uma conceituação abrangente.

### **Novas abordagens, novos olhares: liberdade e instituições**

Uma grande contribuição neste sentido é que dialoga com a dificuldade da democracia moderna de lidar com essa gama de problemas sociais, é a perspectiva *freedom-based* de Amartya Sen. Para o autor, medir a quão boa a vida de uma pessoa é, depende da sua efetiva liberdade. Neste sentido, é importante considerar a existência concreta de oportunidades de escolha individual para atingir os objetivos que se propõe e deseja, assim como a existência de processos de decisão pública que respeitem essas liberdades.

O fim e o meio para o desenvolvimento estariam relacionados, portanto, a remoção das principais formas de privação de liberdades, a saber: a) pobreza e tirania; b) carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática; c) negligência dos serviços públicos; e d) intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos (SEN, 2010).

Desta forma, o autor defende uma visão mais ampla do desenvolvimento para que seja evitada negligências a princípios básicos, voltando o olhar para o agente que, com as oportunidades sociais adequadas, molda seu próprio destino em sociedade. Assim, diversas são as formas de privação de liberdade humana: fome, subnutrição, pouco acesso a serviço de saúde, saneamento básico e água tratada, desigualdade de gênero e racial, negação da liberdade política e dos direitos civis básicos (SEN, 2010).

O que o autor propõe é defender uma nova perspectiva para o desenvolvimento centrada na valorização das liberdades individuais, ao passo em que “ter mais liberdade para fazer as coisas que são justamente valorizadas é (1) importante por si mesmo para a liberdade global da pessoa e (2) importante porque favorece a pessoa de ter resultados valiosos.” (SEN, 2010, p. 33). A importância crucial da liberdade individual nesta perspectiva de desenvolvimento, portanto, se dá pelo fato de que o êxito de uma sociedade deva ser avaliado pelas liberdades substantivas que seus membros desfrutam; e pelo fato

## ELITES POLÍTICAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA APROXIMAÇÃO NECESSÁRIA

### POLITICAL ELITES AND REGIONAL DEVELOPMENT: A NECESSARY APPROXIMATION

de que a liberdade individual é um determinante principal da iniciativa individual e eficácia social (SEN, 2010, p. 34).

Em suma, a grande contribuição de Sen para se repensar o desenvolvimento, leva a questionar um modelo de sociedade que encara a liberdade como algo secundário, a criticar a preponderância de um fazer política que muitas vezes é autoritário, que dispõe mais recursos na contenção, na punição ou na manutenção do seu próprio sistema, do que na expansão das capacidades individuais desses indivíduos, na retirada dos obstáculos que privam suas liberdades.

Não obstante, pela defesa de um modelo de desenvolvimento que dependa de aspectos múltiplos da liberdade individual, há a necessidade de se desenvolver uma pluralidade de instituições como sistemas democráticos, recursos legais, estruturas de mercado, provisão de serviços de saúde e educação, abertura midiática e incorporação de iniciativas públicas e privadas. Todos esses esforços em prol da liberdade e do desenvolvimento, e não do autoritarismo.

É neste sentido que as teorias neo-institucionalistas têm muito a contribuir com o que se propõe a olhar o desenvolvimento sobre uma outra ótica, ao considerar a importância das instituições para o processo de tomada de decisão e criação de políticas públicas, chamando atenção para duas questões: de que os interesses individuais agregados gerariam ação coletiva e que a ação coletiva produz necessariamente bens coletivos (SOUZA, 2006). Isso quer dizer que as perspectivas e percepções subjetivas delimitam as possíveis escolhas de alternativas de solução das políticas públicas pelos *policy makers*. Assim, interesses poderiam “ser mobilizados não só pelo autointeresse, mas também por processos institucionais de socialização, por novas ideias e por processos gerados pela história de cada país” (SOUZA, 2006, p. 38).

Ou seja, destacando-se que a subjetividade é inerente à realidade social, os *policy makers*, se configuram como atores essenciais na compreensão da política pública e para a compreensão das convenções fortalecedoras de certas instituições que possibilitam a manutenção desse *status quo* no que diz respeito a manutenção de ações e diretrizes públicas que não colaboram, referenciando Sen (2010), com um desenvolvimento das capacidades dos indivíduos, que não agem na retirada dos obstáculos privativos de liberdades, fazendo com que diferentes regiões com diferentes arquétipos institucionais

tenham diferentes desempenhos.

É justamente neste ponto, finalmente, que a elite política assume o lugar que lhe é pronunciado no objetivo deste ensaio. Isto porque, a elite política enquanto uma classe política<sup>9</sup>, exprime na ação política, sobretudo na posição privilegiada que ocupa na estrutura social, suas crenças, valores, simbologias e ideias. É necessário compreender, portanto, que *“institutions are the humanly devised constraints that structure political<sup>10</sup>, economic and social interaction. They consist of both informal constraints (sanctions, taboos, customs, traditions, and codes of conduct), and formal rules (constitutions, laws, property rights) (NORTH, 1991, p. 97).*

Dessa forma, analisar as instituições/regras que fazem parte do processo de decisão, de formulação e implementação de políticas públicas é crucial para compreender o seu papel nas preferências estratégicas e decisórias, dado que as escolhas dos *policy makers* são sugestionadas por processos de socialização e por novas ideias e visões geradas historicamente<sup>11</sup> (SOUZA, 2006). Ou seja, as regras informais ou informações que compõem as instituições e moldam o comportamento desses atores, a saber, as elites políticas, fazendo com que certas políticas públicas sejam facilitadas ou dificultadas de acordo com seus interesses.

Os atores políticos, neste sentido, não agiriam exclusivamente por meio de ações racionais em direção a fins<sup>12</sup> pois ao passo em que apenas os constrangimentos influenciassem a ação política, tornar-se-ia desnecessário discutir quem são esses atores políticos e de onde vieram, reduzindo suas trajetórias a irrelevância.

Para o neo-institucionalismo, portanto, deve-se ter em mente que interesses

---

<sup>9</sup> A respeito das discussões sociológicas acerca da conceituação da elite política enquanto uma classe, será utilizado nesta discussão o conceito de Bottormore (1974), o qual faz uma distinção entre classe e classe política, no sentido do termo cunhado por Caetano Mosca, definindo esta como “todos os grupos que exercem poder ou influência política e estão diretamente empenhados em disputas pela liderança política.

<sup>10</sup> Nisso, o autor diferencia instituições de organizações, afirmando que enquanto “instituições são a regra do jogo em uma sociedade, ou mais formalmente, são os constrangimentos concebidos humanamente que dão forma à interação humana” (NORTH, 1992, p. 3), as organizações seriam os jogadores (NORTH, 1992).

<sup>11</sup> Importante destacar aqui que esta afirmação deixa claro a preferência pelas linhas do neoinstitucionalismo histórico e sociológico, assumindo as bases teóricas sólidas da escolha racional como sugerido por Hall e Taylor (2003).

<sup>12</sup> As ações racionais em direção a fins dizem respeito a ações determinadas pela “expectativa quanto ao comportamento de objetos do mundo exterior e de outras pessoas, utilizando essas expectativas como ‘condições’ ou ‘meios’ para alcançar fins próprios, ponderados e perseguidos racionalmente, como sucesso” (WEBER, 2000, p. 15).

## ELITES POLÍTICAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA APROXIMAÇÃO NECESSÁRIA

### POLITICAL ELITES AND REGIONAL DEVELOPMENT: A NECESSARY APPROXIMATION

individuais quando agregados, não necessariamente, geram uma ação coletiva e bens coletivos, justamente por que há uma influência não apenas de grupos e indivíduo com seus interesses particulares na gestão dessas ações políticas, mas regras e normas formais e informais que, juntas, regem as instituições (NORTH, 1991). Estes interesses individuais agregados e movidos por todo um *background* social e ideológico, somado à posição privilegiada na qual a elite política se encontra, sabendo jogar as regras do jogo<sup>13</sup>, é que motiva a próxima seção deste ensaio e toda a discussão realizada até aqui, a saber, as vantagens de se articular os estudos das elites à discussão sobre desenvolvimento.

#### Elite política como agente no desenvolvimento: porquê investigá-la?

Quem tem o poder? Quem governa? Estas são perguntas que as teorias sociológicas da elite tentam responder a partir dos anos 1930, sobretudo pela difusão do termo *elite* pelas obras de Caetano Mosca (1858-1941), Vilfredo Pareto (1848-1923) e Robert Michels (1876-1936). Segundo Perissinotto e Codato (2008) ao longo do século XX, as elites políticas foram um dos temas mais estudados na Ciência Política, sobretudo após a II Guerra Mundial, mas teve um declínio de interesse a partir da década de 80 devido às críticas do estruturalismo marxista, do institucionalismo de escolha racional e da Sociologia Relacional.

De forma resumida, Perissinotto e Codato (2008) apresentam os principais pontos de divergência. No caso do marxismo estrutural, este desconsidera a subjetividade dos atores políticos ao passo em que eles “estão destinados a cumprir uma função objetiva do Estado, que consiste em manter a coesão de uma formação social baseada na dominação de classe” (idem, p. 8). Já o institucionalismo da escolha racional, ao considerar que os indivíduos são *intercambiáveis*, afirmam que independentemente do seu *background*, os indivíduos agiriam da mesma maneira para a maximização dos seus objetivos<sup>14</sup>. Por fim, as críticas da Sociologia Relacional de Pierre Bourdieu residem nos aspectos “naturalizantes” e “essencialistas” dos estudos das elites e na dificuldade de estabelecer

---

<sup>13</sup> A própria caracterização de um grupo como elite política é a confirmação de que o grupo não apenas conhece as regras do jogo, mas sabem, por excelência, jogá-las, consolidando a sua manutenção nos espaços de poder, nos espaços de decisão.

<sup>14</sup> Já o neoinstitucionalismo histórico e sociológico nos oferece essa perspectiva ao considerar os processos de socialização e criação de gostos e preferências no tempo.



uma “sofisticação teórica e metodológica da visão relacional das análises sobre poder”. Os autores, por outro lado, defendem que estas críticas seriam “exageradas”, dado que estas características não se encontram presentes nem na literatura mais clássica sobre o tema.

É neste sentido que se busca aqui, contornar as críticas levantadas no sentido de apresentar as vantagens analíticas de se estudar as elites como componentes para o desenvolvimento. Para iniciar o raciocínio que se propõe, primeiro se faz necessário definir o conceito de elite que o norteia, sendo um “grupo formado por indivíduos que, no seu campo de atividade, conseguem apropriar-se em maior quantidade dos bens ali valorizados” (PERISSINOTTO; CODATTO, 2008, p. 12). E a elite política seria, utilizando o conceito de Bottomore (1974, p. 15), os “os indivíduos que efetivamente exercem o poder político em uma sociedade em qualquer época”.

Sejam quais fores as tradições metodológicas<sup>15</sup> para o estudo das elites políticas, não há como rejeitar a proposição de que a classe política mobiliza recursos diversos para o cumprimento de suas agendas políticas, tema muito discutido pela Ciência Política. Seja considerando o poder de agenda como uma estrutura de regras que levam os indivíduos ao *timing* de decisão ou encarando o poder de agenda como poder de fazer com que certos problemas recebam tratamento político<sup>16</sup>, a classe política se configura como ator essencial de análise.

A democracia moderna reformou os espaços de tomada de decisão e atribuiu aos atores que compõem o Poder Executivo e Poder Legislativo prerrogativas indiscutíveis de transformação da realidade social. O controle sobre aquilo que é normatizado, fiscalizado, priorizado e etc. passa, necessariamente pela classe política. Tomar decisões não é apenas crucial para o funcionamento de organizações e aqui, do Estado, mas influencia diretamente na sua performance. Como bem explicado por Gontijo e Maia (2004),

o processo decisório é definido como “um processo de pensamento e ação que culminará em uma escolha. A escolha consiste em selecionar cursos alternativos de ação ou mesmo aceitar ou rejeitar uma ação específica. O

---

<sup>15</sup> A literatura apresenta três tradições: a primeira vem dos trabalhos de Floyd Hunter e trabalha com o método reputacional; o segundo, o método posicional de C. Wright Mills e; e por último, o método decisional do Robert Dahl.

<sup>16</sup> Santos e Borges (2018) discutem em produção muito recente os diferentes conceitos que envolvem o poder de agenda. Não se aprofundará neste tema nesse momento, mas sobre isto, ver “Poder de Agenda” de Fabiano Santos e Mariana Borges.

## **ELITES POLÍTICAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA APROXIMAÇÃO NECESSÁRIA**

### **POLITICAL ELITES AND REGIONAL DEVELOPMENT: A NECESSARY APPROXIMATION**

juízo é inseparável da tomada de decisão, porque faz parte dela e implica pensamento e ação (GONTIJO; MAIA, 2004, p. 14).

Retomando Amartya Sen (2010), a superação de uma situação de privação de liberdades, só ocorre a partir do momento em que tornam os serviços sociais inclusivos e básicos disponíveis e eficientes para a população. Neste sentido, ele acrescenta que “é preciso lidar com os problemas de equidade, especialmente ao se tratar de graves privações e pobreza; nesse contexto, a intervenção social, incluindo o custeio governamental, pode ter um papel importante” (SEN, 2010, p. 160). É neste sentido que a investigação dos atores que participam da tomada de decisão se revela ainda mais necessário, pois as transformações em prol de um desenvolvimento, é facilitada quando a classe política toma decisões neste sentido.

Para North, a título de exemplo, a existência das maiorias no legislativo é explicável pela forma como as regras de procedimento e as próprias comissões estruturam as escolhas e as informações de que dispõem seus membros (HALL e TAYLOR, 2003), levando a repensar a interação estratégica entre os legisladores em dos seus objetivos, daquilo que compõe a sua agenda, daquilo que lhe é valorado:

[...] influenciado pelas expectativas do ator relativas ao comportamento provável dos outros autores. As instituições estruturam essa interação ao influenciarem a possibilidade e a sequência de alternativas da agenda, ou ao oferecerem informações ou mecanismos de adoção que reduzem a incerteza no tocante ao comportamento dos outros, ao mesmo tempo que propiciam aos atores ‘ganhos de troca’, o que incentivará a se dirigirem a certos cálculos ações mais precisas (HALL; TAYLOR, 2003, p. 206).

E assim pergunta-se, quem são esses atores que decidem? Se a elite política, que é capaz de mobilizar maiores recursos dentro das “regras do jogo” não abarcou em sua agenda a necessidade de uma sociedade com mais liberdade? E se as tomadas de decisões não incluírem em seu rol de alternativas, opções que levem à superação destas formas de privação de liberdades? Ou se, ainda, estas opções estiverem na mesa, mas, os motivos subjetivos e não objetivos, nortearem estas decisões?

Os estudos de Ciência Política brasileira já mencionam características peculiares da política brasileira como o mandonismo, coronelismo e clientelismo que, em maior ou menor grau, estiveram presentes como marca da política tradicional brasileira (CARVALHO, 1997, p. 3). Sem adentrar no debate acerca destes conceitos, mas

considerando a sua aceitação pela academia enquanto categoria de análise, pode-se dizer que este seria um traço marcante no estabelecimento destes esquemas mentais que norteiam a criação das instituições.

A respeito disto, Putnam (2015), ao demonstrar em “Comunidade e Democracia” como as instituições democráticas se desenvolveram e se adaptaram na Itália moderna, comparando o desempenho das regiões norte e sul, verificou grandes mudanças em suas elites políticas que influenciaram sobremaneira o melhor desempenho da região norte.

A reforma institucional-regional da Itália a partir dos anos 70 foi responsável, segundo autor, por um novo modo de fazer política, fomentando uma série de fatores como: a diminuição da hostilidade partidária; a diminuição das distâncias ideológicas; aumento na tolerância entre as diferentes linhas ideológicas; atuação mais pautada na moderação e na técnica; aumento da marca da colaboração ao invés do conflito; e o maior peso de questões práticas do que ideológicas nos processos decisórios. Apesar de a explicação de desigualdade de *performance* entre as regiões ser, segundo o autor, devido estoque de capital social acumulado sob forma de regras de reciprocidade e participação cívica, a correlação entre o desempenho institucional e a satisfação popular evidenciou cada vez mais as diferenças regionais, no qual o “fazer política”, também foi modificado.

Essas diferenças entre o sul e o norte da Itália, discutidas extensivamente por Putnam (2015), leva a pensar as diferentes configurações políticas regionais dentro de uma unidade nacional. A discussão acerca das “oligarquias regionais” realizada por Perissinotto (1994) traz uma contribuição neste sentido, ao refletir sobre as oligarquias regionais, critica a visão de que cada oligarquia fosse um grupo fechado, coeso e homogêneo, competindo apenas com oligarquias de outras regiões.

Assim, o estudo destas classes políticas dominantes, considerando que elas constituem regionalmente com suas especificidades, de forma heterogeneidade e representando interesses difusos - tornando o processo de tomada de decisão cada vez mais complexo, sobretudo pelo interesse da sua manutenção na carreira política<sup>17</sup> - é que se defende que os aspectos que compõem o seu *background* podem contribuir com o tema do desenvolvimento e de suas especificidades regionais.

## COMENTÁRIOS FINAIS

---

<sup>17</sup> Grynzspan (1999).

## **ELITES POLÍTICAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA APROXIMAÇÃO NECESSÁRIA**

### **POLITICAL ELITES AND REGIONAL DEVELOPMENT: A NECESSARY APPROXIMATION**

O presente ensaio buscou apresentar as vantagens de se aproximar o estudo das elites políticas à ideia de desenvolvimento regional de forma a demonstrar as possíveis conexões e relações entre os temas. Os problemas sociais enfrentados atualmente demandam do poder público uma ação efetiva em combate as formas de privações de liberdade que impedem que os indivíduos desenvolvam suas capacidades a atingirem seus objetivos.

Temas da Sociologia e Ciência Política brasileira que dizem respeito a caracterização das relações sociais da população brasileira e da sua expressão na política podem trazer contribuições para se pensar o porquê do enfrentamento tantos obstáculos. Entretanto, a reprodução dessa estrutura é realizada por agentes que ocupam posições privilegiadas na estrutura social, as elites políticas.

O problema residiria, justamente, em alcançar uma sociedade baseada em liberdade quando se tem um corpo político com valores, crenças, cultura e histórias que vão de encontro às necessidades de uma sociedade mais igualitária. A intenção ao se considerar as elites políticas como contribuição analítica nas temáticas do desenvolvimento não tem a intenção de postular leis gerais que condicionem o *background* das elites políticas às suas ações. Nas palavras de Perissinotto e Codato (2008, p. 8), “a relação entre ‘natureza das elites’ e a ‘natureza das decisões’ deve ser vista, antes de tudo, como uma hipótese de trabalho a ser comprovada (ou não) por pesquisas empíricas”.

Na defesa desta articulação analítica, ainda, ao se refletir sobre “quem importa”, os atores ou as instituições, a intenção não é romper com um individualismo metodológico mas extrapolá-lo, considerando tanto as instituições quanto o contexto social, sua construção histórica, ou seja, a agência em um dado contexto, deva ser levada em conta. É claro que a sociedade organizada tem, ainda mais que a elite política, desde que devidamente participativa, a possibilidade de gerar mudanças sociais. O que se pretende aqui não é desconsiderar a importância do envolvimento político da comunidade civil, mas chamar atenção para o fato de que a análise dos porquês que envolvem o desenvolvimento e os diferentes desempenhos, considerar a atuação das elites políticas locais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Desenvolvimento e instituições: a importância da explicação histórica. **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo, Edunesp/Edusp, 2001, 165-177.

AMIN, Ash. An institutionalist perspective on regional economic development. **International journal of urban and regional research**, 1999, 23.2: 365-378. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1468-2427.00201>

ANDERSON, Perry et al. Balanço do neoliberalismo. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, 9-23. Disponível em: <http://paje.fe.usp.br/~mbarbosa/cursograd/anderson.doc>

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. , 1997 Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200003&script=sci_arttext)

CHANG, Ha-Joon. Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

DOUGLASS, C. North, Institutions, institutional change and economic performance. 1990.

GONTIJO, Arimar Colen; MAIA, Claudia Santos Castro. Tomada de decisão, do modelo racional ao comportamental: uma síntese teórica. *Caderno de Pesquisas em Administração*, 2004, 11.4: 13-30. Disponível em: [http://www.academia.edu/download/11512163/GONTIJO\\_MAIA%202004.pdf](http://www.academia.edu/download/11512163/GONTIJO_MAIA%202004.pdf)

GRYNSZPAN, M. **Ciência política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arq/84.pdf](https://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/84.pdf)

HALL, A.; TAYLOR, R. The three versions of neo-institutionalism. **Lua Nova**, 2003, 58: 193-223. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452003000100010&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452003000100010&script=sci_arttext)

HARRISON, Lawrence E.; HUNTINGTON, Samuel. A cultura importa: os valores que definem o progresso humano. **Rio de Janeiro: Record**, 2002.

MACHADO, Luiz Toledo. A teoria da dependência na América Latina. **Estud. av.**, São Paulo, v. 13, n. 35, p. 199-215, Apr. 1999. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141999000100018&script=sci\\_arttext&tlng=es](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141999000100018&script=sci_arttext&tlng=es)

MESSENBURG, Débora. A elite parlamentar brasileira: um recorte sociocultural. **Revista de Sociologia e Política**, v. 16, n. 30, 2008.

## ELITES POLÍTICAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA APROXIMAÇÃO NECESSÁRIA

### POLITICAL ELITES AND REGIONAL DEVELOPMENT: A NECESSARY APPROXIMATION

NIJKAMP, P., & ABREU, M. A. (2009). **Regional development theory** (pp. 202-207). Vrije Universiteit, Faculty of Economics and Business Administration. Disponível em: <http://degree.uvu.nl/repec/vua/wpaper/pdf/20090029.pdf>

NORTH, D. C. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge University Press, New York, 1992.

NORTH, D. C. **Institutions**. The Journal of Economic Perspectives, V.5, No. 1., pp. 97-112, 1991. Disponível em: <https://pubs.aeaweb.org/doi/pdfplus/10.1257/jep.5.1.97>

PERISSINOTTO, R. M.; CODATO, A. Apresentação: por um retorno à Sociologia das Elites. **Revista de Sociologia e Política**, 2008, 16.30: 7-15. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v16n30/02.pdf>

PERISSINOTTO, Renato. **Classe Dominante e hegemonia na República Velha**. Campinas, São Paulo, 1994.

PERISSINOTTO, Renato; CODATO, Adriano. Classe social, elite política e elite de classe: por uma análise societalista da política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, 2009, 2: 243-270. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/6583>

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. editora FGV, 2015.

PUTNAM, Robert. D. **The Comparative Study of Political Elites**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice Hall, 1976.

SANTOS, Elinaldo Leal, et al. Desenvolvimento: um conceito em construção. **DRd-Desenvolvimento Regional em debate**, 2012, 2.1: 44-61. Disponível em: <http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/215>

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Editora Companhia das Letras, 2018.

SILVA, M; SILVA, A. **Território Vulnerável e Desenvolvimento Humano: uma análise à luz da política pública de assistência social**. In CANÇADO, A., PINHEIRO, L., RODRIGUES, W. **Desenvolvimento Regional: uma discussão interdisciplinar**. Editora UFT, Palmas, 2015.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 8, n.16, p-20-45, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>

TORRES, H. G. O novo institucionalismo e a questão regional. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, V. 5, nº 1, 1995.